

PODER JUDICIÁRIO
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª TURMA RECURSAL: RELATOR-1

Expediente do dia 13 de Julho de 2017

Atos do(a) : CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH
Exmo(a)

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0027125-35.2015.4.01.3400
201534000114068

Recurso Inominado

Recdo : JOSE ALBERTO FILHO
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Processo em que se discute a extensão do acréscimo de 25%, previsto no art. 45 da Lei n. 8.213/91, para outras espécies de benefícios, diferente da aposentadoria por invalidez.

Fica suspenso o processo até o julgamento do PUIL 236, nos termos da decisão proferida pela Relatora (DJe 2154, 02/03/2017).

Publique-se. Intimem-se.

0066946-12.2016.4.01.3400
201634000629509

Recurso Inominado

Recte : MARCOS FLAVIO DE SOUZA
Adv. : DF00028186 - ALEISA GONZALEZ
Adv. : DF00048309 - ANDERSON GONZALEZ
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00009482 - MAURO JOSE GARCIA PEREIRA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Cotejando a data de intimação da parte autora pelo e-DJF1 para interposição de recurso inominado (cf. certidão registrada em 4/5/2017), considerando como data fim de prazo para realização do ato processual 18/5/2017, e a do protocolo do recurso inominado em 25/5/2017, conclui-se pela intempestividade do recurso.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO.

Publique-se. Intimem-se.

0053742-32.2015.4.01.3400
201534000236905

Recurso Inominado

Recte : ALBEMIR BARACHO CAVALCANTI
Adv. : DF00021368 - ANA PAULA DA SILVA MACHADO MELLO
Adv. : DF00023794 - ALINE CRISTINA DE MELO FRANCO E OLIVEIRA
Recdo : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

O TRF da 1ª Região firmou entendimento de que o benefício de assistência judiciária deve ser deferido ao requerente que perceba rendimentos líquidos mensais no valor de até 10 salários mínimos, em razão da presunção de pobreza que milita em seu favor (AC 0005613-36.2015.4.01.3807 / MG, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 09/11/2016).

No caso vertente, o autor não atende aos requisitos para a concessão do benefício de assistência judiciária gratuita. Desta feita, indefiro o pedido formulado no recurso.

Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar o recolhimento do preparo, sob pena de deserção (art. 1.007 do CPC/15).

0037829-10.2015.4.01.3400
201534000171740

Recurso Inominado

Recte : NEUZA MARIA SOARES ULHOA
Adv. : DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Processo em que se discute decadência na pretensão denominada "benefício mais vantajoso".

Fica suspenso o processo até que sobrevenha decisão final no REsp n. 1631021/PR e no REsp n. 1612818/PR.

Publique-se. Intimem-se.

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0000214-43.2017.4.01.9340

201734000773584

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recte : OCLECIO AIRES DA FONSECA
Adv. : DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE
Adv. : DF00020001 - THAIS MARIA SILVA RIEDEL DE RESENDE ZUBA
Adv. : DF00038331 - RAYANNE ILLIS NEIVA PEREIRA
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

O agravo de instrumento é manifestamente intempestivo, pois foi interposto na Turma Recursal somente em 2017, contra decisão proferida em 2014.

Registre-se, ainda, que o agravo deve ser interposto diretamente no órgão ad quem, conforme disposto no artigo 1.016, caput, do NCPC/2015, razão por que, interposto perante órgão incompetente, bem como nos próprios autos do processo, exsurge manifestamente inadmissível, acionando a hipótese do artigo 932, inciso III, primeira figura, do NCPC/2015.

Demais disso, verifica-se a intempestividade do recurso inominado, impondo-se a manutenção da decisão que se pretendia agravar.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO.

Publique-se. Intimem-se.

Autos com Despacho

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0000218-80.2017.4.01.9340

201734000779910

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recte : PEDRO PERES DE LAVRA PINTO
Adv. : DF00027766 - PEDRO ALVES MOREIRA
Recte : ANTONIO JOSE CASSAS DE LIMA
Recte : RUI ANTONIO DUPIN
Recte : ANTONIO CARLOS KOFF
Recte : WILSON MONTEIRO JUNIOR
Recdo : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DESPACHO

Ausente pedido de atribuição de efeito suspensivo ou de antecipação dos efeitos da tutela, intime-se a agravada para, caso queira, responder ao agravo (artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil).

Intime-se. Publique-se.